



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

PARECER: 0307/2017-GP1P

ASSUNTO: ESTUDOS ESPECIAIS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 34.575/2017-e

EMENTA: 1. ESTUDOS ESPECIAIS. DECISÃO Nº 4863/2017, ITEM V. POSSIBILIDADE OU NÃO DE CONSTAR EM EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA “EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL”.
2. ÁREA TÉCNICA ENTENDE PELA IMPOSSIBILIDADE E SUGERE O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO.
3. PARECER PARCIALMENTE CONVERGENTE DO PARQUET ESPECIALIZADO. PRECEDENTES DO STF. POSSIBILIDADE MEDIANTE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IGUALDADE E IMPESSOALIDADE. PERTINÊNCIA E RELEVÂNCIA PARA O DESEMPENHO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO. POSSIBILIDADE, EM TESE, DE QUALQUER CANDIDATO ALCANÇAR A PONTUAÇÃO RELATIVA À NATUREZA DO TÍTULO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE NA ATRIBUIÇÃO DOS PONTOS.

1. Cuidam os autos de **estudos especiais** acerca da possibilidade de constar em editais de concurso regra estipulando a atribuição de pontos para “*experiência*”, a exemplo da alínea **d** da tabela constante do subitem 15.3 do Edital nº 35/DGP – PMDF (DODF de 2811/2016), **existente antes da exclusão determinada por esta c. Corte** (Decisão nº 6.255/2016).

2. A realização dos presentes estudos especiais foi autorizada pela r. Decisão nº 4.863/2017¹, em que o e. **Plenário** deliberou conforme a seguir:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) V – determinar à Sefipe que, em autos apartados, realize estudos especiais acerca da possibilidade ou não de constar em editais de concurso regra estipulando a atribuição de pontos para “experiência”, nos termos da alínea “d” da tabela constante do item 15.3 do Edital nº 35/DGP – PMDF, existente antes da retificação exigida pelo TCDF; (...)”

3. O r. **Decisum** foi exarado no bojo do Processo nº 37.219/2016-e, que trata do exame do Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 28/11/2016, o qual regula o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da Polícia Militar do Distrito Federal.

4. O referido edital, no subitem 15.3, alínea **d**, previa, inicialmente, como um dos itens de pontuação na prova de títulos, a **experiência profissional** decorrente do **exercício de cargo** em órgão elencado no rol do art. 144 da Constituição Federal, a saber: polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

5. Por meio da r. Decisão nº 6.255/2016, esta c. **Corte** determinou a **exclusão** da referida regra editalícia, por entender que afrontava o **princípio da igualdade**, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.16, republicado no DODF de 28.11.16, que regula o concurso público para admissão ao Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares (CFOPM), da Polícia Militar do Distrito Federal, bem como do ato autorizativo do então Conselho de Política de Recursos Humanos, devidamente homologado pelo Governador do Distrito Federal, para a realização do referido certame, publicado no DODF de 21.10.13; b) do Ofício nº 043/2016-MF, de 05.12.16; II – determinar diligência à Polícia Militar do Distrito Federal, para que, no prazo de 10 (dez) dias, retifique o Edital nº 35/DGP – PMDF, publicado no DODF de 18.11.16, republicado no DODF de 28.11.16, para: a) alterar o subitem 11.30 que foi grafado incorretamente como 11.29; b) alterar a redação do subitem 24.7, a fim de adequá-la à decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, em sede de repercussão geral - RE nº 837311, no sentido de que o direito subjetivo à nomeação do candidato aprovado em concurso público exsurge quando a aprovação ocorrer dentro do número de vagas previsto do edital; c) na tabela constante do subitem 15.3, excluir a alínea “D”, tendo em conta que a sua inclusão vai de encontro ao princípio constitucional da igualdade, efetuando as modificações quanto a recálculos de pontuação e outras em subitens pertinentes, em virtude da referida alteração; III – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para o acompanhamento do concurso.” (Grifos acrescidos)

6. Em face do r. **Decisum** supra foi interposto Recurso de Revisão, com pedido de liminar, o qual **deixou de ser conhecido** por esta c. **Corte**, na forma da r. Decisão nº 4.863/2017, por ausência dos requisitos previstos no inciso II do art. 36 da Lei Complementar nº 1/1994 e no inciso II do art. 288 do RI/TCDF, tendo sido, na mesma ocasião, determinada a realização dos presentes estudos especiais.

7. Em face disso, a SEFIPE, por meio da Divisão de Atos de Admissões, deu início aos estudos sobre a matéria, nos termos da Informação contida no e-DOC 101821B6-e, de 30/10/2017. Ao final da peça técnica, a Instrução concluiu que regras que estabelecem como título o exercício de cargo público, enquanto experiência profissional, **ferem o princípio da igualdade**, não podendo constar de editais de concurso público.

8. Diante disso, sugeriu ao e. **Plenário**:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

“I – tomar conhecimento dos presentes estudos especiais elaborados em atendimento ao item V da Decisão nº 4863/2017, quando do julgamento do Processo n.º 37219/2016-e;

II – firmar o entendimento de que regras que estabelecem como título o exercício de cargo público (experiência profissional) ferem o princípio da igualdade, pois privilegiam tão-somente um grupo de candidatos, consoante jurisprudência do STF (ADI's 3443, 2210 e 2206), bem como o disposto no art. 6º, I e II, da Lei nº 4949/2012; e, portanto, não podem constar de editais de concurso;

III – dar conhecimento da decisão que vier a ser proferida ao Governador do Distrito Federal e aos jurisdicionados;

IV – autorizar o arquivamento dos presentes autos.”

9. Em atenção ao r. Despacho Singular nº 360/2017-GCMA, os autos vieram ao **MPC/DF** para manifestação.

10. Feito o breve relato, passo à análise do feito.

11. **Ab initio**, informo, **preliminarmente**, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

12. Nesse diapasão, destaco que o **Parquet** de Contas possui entendimento **parcialmente convergente** com as conclusões alcançadas pelo Corpo Instrutivo no bojo da Informação e-DOC 101821B6-e.

13. A propósito, eis os termos da manifestação da zelosa Unidade Técnica (e-DOC 101821B6-e):

“Dos Estudos sobre o Tema

*6. Feito o histórico dos presentes autos, passamos a discorrer sobre a matéria, valendo destacar que o respectivo entendimento está pacificado no âmbito do STF, no sentido de que **regras que estabelecem como título o mero exercício de função pública são inconstitucionais**, por violarem o **princípio da isonomia**, a teor do julgamento da ADI 3443, na forma a seguir ementada:*

‘EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. REGULAMENTO nº 7/2004, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, INCISOS I E II DO ART. 31. PROVA DE TÍTULOS: EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS.

I. - Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o mero exercício de função pública.

II. - ADI julgada procedente, em parte.

(ADI 3443, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/09/2005, DJ 23-09-2005 PP-00006 EMENT VOL-02206-1 PP-00200 LEXSTF v. 27, n. 322, 2005, p. 75-81)’ (grifamos)

7. Naquela ADI, foram considerados inconstitucionais os incisos I e II do art. 31 da Resolução nº 007/2004, que aprovou o regulamento de concurso público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão. Eis o teor das referidas regras:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Art. 31. Os títulos e seus valores são os seguintes:

I – exercício da função, efetiva ou provisoriamente para o qual está concorrendo o candidato, por tempo não inferior a um ano: um ponto;

II – exercício efetivo de outro cargo, por prazo não inferior a um ano e para o qual seja exigida no mínimo a mesma escolaridade do cargo a que concorre: um ponto; (grifamos)

8. De se evidenciar ainda que o Pretório Excelso já havia se manifestado com o mencionado entendimento em outras oportunidades. No julgamento da ADI 2210, a Suprema Corte assim julgou:

‘EMENTA: I. Concurso para a magistratura: arguição de inconstitucionalidade da resolução que o dispensa - aprovado pelo Tribunal de Justiça - e do edital - baixado por seu Presidente, por não ter participado a Ordem dos Advogados do Brasil da elaboração de tais atos normativos: ação direta inadmissível no ponto, porque, outorgadas as competências do Tribunal e de seu Presidente pela lei, a existir, a inconstitucionalidade direta seria desta, a lei, e não, dos atos normativos que, com base na competência legal, foram baixados. II. Concurso para a magistratura: exigência constitucional de participação da OAB "em todas as suas fases": conseqüente plausibilidade da argüição de inconstitucionalidade das normas regulamentares do certame que: (a) confiaram exclusivamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, com recurso para o plenário deste, decidir sobre os requerimentos de inscrição; (b) predeterminaram as notas a conferir a cada categoria de títulos: usurpação de atribuições da comissão, da qual há de participar a Ordem. III. Concurso público para a magistratura: títulos: plausível a invocação do princípio constitucional da isonomia contra a validade de normas que consideram título o mero exercício de cargos públicos, efetivos ou comissionados, privativos ou não de graduados em Direito.

(ADI 2210 MC, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2000, DJ 24-05-2002 PP-00053 EMENT VOL-02070-02 PP-00284)’ (grifamos)

9. No mesmo sentido foi o julgamento da ADI 2206, confira-se:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. PREVISÃO DE PONTUAÇÃO AOS SERVIDORES NÃO ESTÁVEIS, BEM COMO A APROVAÇÃO EM QUALQUER CONCURSO PÚBLICO, SEM DIFERENCIAÇÃO DE NÍVEL DE GRADUAÇÃO, DESIGUALA OS CONCORRENTES, EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, AO NÃO TRAZER O NOME DOS CANDIDATOS E OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE INSCRIÇÃO. "FUMUS BONI IURIS" E "PERICULUM IN MORA" CONFIGURADOS. SUSPENSÃO DE ITENS DO EDITAL. LIMINAR DEFERIDA.

(ADI 2206 MC, Relator(a): Min. NELSON JOBIM, Tribunal Pleno, julgado em 08/11/2000, DJ 01-08-2003 PP-00100 EMENT VOL-02117-33 PP-06964)” (grifamos)

10. Não foi por outra razão que esta Corte, nos termos da já mencionada Decisão nº 6255/2016, bem como da Decisão nº 6635/2009 (Processo nº 31407/2009, concurso para o cargo de Delegado de Polícia da PCDF), determinou a exclusão dos dispositivos ora em apreço dos respectivos editais normativos dos certames.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

11. Convém ressaltar que a o art. 6º, I, da Lei nº 4949/2012 veda o estabelecimento de critérios de diferenciação entre candidatos, salvo quando previstos em lei, o que não é o caso da regra ora em apreço. Ademais, o art. 6º, II, do referido diploma legal veda 'restringir, dificultar ou impedir a moralidade, a isonomia, a publicidade, a competitividade, a seletividade e a razoabilidade do concurso público' (grifamos), devendo o edital normativo do certame ser elaborado em consonância com a legislação pertinente (art. 9º da Lei nº 4949/2012).

12. Por todo o exposto, os presentes estudos indicam que regras que estabelecem como título o exercício de cargo público (experiência profissional) ferem o princípio da igualdade, pois privilegiam tão somente um grupo de candidatos, de sorte que tais distinções desigualam os concorrentes, constituindo fator de discrimen que deve ser repudiado pelo ordenamento jurídico. Assim, dispositivos desse tipo não podem constar de editais de concurso." (Grifos acrescidos e no original).

14. Vejo que a **vexata quaestio** em debate se refere à **possibilidade** de constar em editais de concurso regra que considere como **título o exercício de cargo público**, enquanto **experiência profissional**, a exemplo da alínea **d** da tabela constante do subitem 15.3 do Edital nº 35/DGP – PMDF² (DODF de 28/11/2016), existente antes da exclusão determinada por esta c. **Corte**, por meio da r. Decisão nº 6.255/2016 (mantida pela r. Decisão n.º 4.863/2017).

15. Nos estudos acerca da matéria, a diligente Unidade Instrutiva, mediante a Informação contida no e-DOC 101821B6-e, discorreu haver entendimento **pacífico** no sentido de serem **inconstitucionais** regras que estabelecem como **título o mero exercício de função pública**. Nesse espeque, citou decisões exaradas pelo e. **STF** no bojo das Ação Diretas de Inconstitucionalidade nºs 3.443³, 2.210⁴ e 2.206⁵.

16. Ademais, citou as r. Decisões nºs 6.635/2009⁶ e 6.255/2016⁷, exaradas no âmbito deste e. **TCDF**, por meio das quais a c. **Corte de Contas** determinou a **exclusão** de regras editalícias que estabeleciam como **títulos o exercício de cargos públicos** relacionados à área de atuação objeto do certame. Vale acrescentar que, a r. Decisão nº 6.635/2009, ao analisar o Edital nº 1/2009 – PCDF, determinou, ainda, a **exclusão** de itens que previam como **títulos** a realização de “*curso de formação profissional ministrado por Academias de Polícia*” e “*curso*

² “15.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, expedidos até a data da entrega, observados os limites de pontos do quadro a seguir: (...) **QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE PONTOS PARA A PROVA DE TÍTULOS**. (...) Alínea: **D - ITEM DE AVALIAÇÃO: Experiência Profissional**. **DESCRIÇÃO: Exercício de cargo em órgão elencado no rol do Art. 144 da Constituição Federal**. **PONTUAÇÃO POR ITEM: 0,60** (zero vírgula sessenta) pontos por ano completo de experiência profissional. **Máximo de 4** (quatro) anos completos. **PONTUAÇÃO MÁXIMA: 2,40** (dois vírgula quarenta) pontos.”

³ ADI 3443, Rel. Min. **Carlos Velloso**, **Tribunal Pleno**. Jul. em 8/9/2005. DJ 23/9/2005.

⁴ MC na ADI 2210, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, **Tribunal Pleno**. Jul. em 28/9/2000. DJ 24/5/2002.

⁵ MC na ADI 2206, Rel. Min. **Nelson Jobim**, **Tribunal Pleno**. Jul. em 08/11/2000. DJ 1º/8/2003.

⁶ Decisão nº 6.635/2009 (Processo nº 31.407/2009): o e. **TCDF**, ao analisar o Edital nº 1/2009 (para provimento de vagas no cargo de **Delegado de Polícia**), determinou à PCDF a supressão, dentre outros, de item que considerava como título o **exercício de cargo público policial**.

⁷ Decisão nº 6.255/2016 (Processo nº 37.219/2016-e): o e. **Plenário**, ao analisar o Edital nº 35/2016 – DGP/PMDF (para admissão no Curso de Formação de **Oficiais Policiais Militares** da Polícia Militar do Distrito Federal), determinou à PMDF a exclusão de item que considerava como **título o exercício de cargo nos órgãos do artigo 144 da Constituição Federal**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

ministrado por Academias de Polícia”. Essas determinações plenárias fundamentaram-se na necessidade de assegurar a **isonomia** entre os candidatos.

17. Por fim, a Área Técnica ressaltou que a Lei Distrital nº 4.949/2012⁸, em seu art. 6º, inciso II, **veda** o estabelecimento de **critérios de diferenciação** entre candidatos, **ressalvados os casos previstos em lei**, concluindo, assim, pela **impossibilidade** de editais de concurso público contemplarem como **título o exercício de cargo público** (experiência profissional), sob pena de **violação ao princípio da igualdade**, insculpido no art. 5º, **caput**, da CF/88 c/c art. 9º da Lei Distrital nº 4.949/2012.

18. No que toca ao entendimento jurisprudencial, é possível notar que, em diversos precedentes⁹, além daqueles citados pela diligente Unidade Instrutiva, o e. **STF** reconheceu **violado o princípio da isonomia** (CF, art. 5º, **caput**) quando, em concurso público, é considerado título o **mero exercício de cargo ou função pública ou** quando se **valoriza excessivamente** o desempenho de **atividades relacionadas** àquelas inerentes aos cargos em disputa no certame. No entender da **Suprema Corte**, essas hipóteses criam verdadeiro **privilégio** a um **determinado grupo de candidatos** em detrimento dos demais.

19. Dada a **complexidade da matéria envolvida** e a premente necessidade de o c. **TCDF** **firmar entendimento sólido a respeito da vexata quaestio**, tenho como imperioso compreender em que contexto se deram os precedentes judiciais que envolvem a matéria em exame, diante do que parece-me oportuno trazer à baila os principais julgados emanados do e. **STF**, seguidos da correspondente análise deste **Ministério Público de Contas**.

ADI 2.210

20. A manifestação do e. **STF** acerca da matéria ocorreu por meio de **deferimento** de Medida Cautelar na ADI nº 2.210/AL, em que foram questionados dispositivos da Resolução nº 2/2000 e do Edital nº 1/2000, editados pelo e. **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas** a fim de regulamentar o concurso público para **ingresso** na carreira da **magistratura** estadual.

21. Dentre os dispositivos questionados, cabe destaque ao art. 29 da Resolução nº 2/2000 – TJ/AL, que estabelecia, em sua redação original, os seguintes **títulos** apreciáveis para fins de **classificação** no concurso público, dentre outros:

“Art. 29. São títulos apreciáveis para fins da avaliação de que trata o inciso III do art. 20:

I – Grupo – quatro (4) pontos:

⁸ Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

⁹ **ADI 3443**, Rel. Min. **Carlos Velloso**, Julgamento do **Pleno** em 8/9/2005, DJ de 23/9/2005; **ADI 2210 MC**, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, Julgamento do **Pleno** em 28/9/2000, DJ de 24/5/2002; **ADI 2206 MC**, Rel. Min. **Nelson Jobim**, Julgamento do **Pleno** em 8/11/2000, DJ de 1/8/2003; **ADI 3830**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Julgamento do **Pleno** em 23/2/2011, DJ de 12/5/2011; **ADI 3580**, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, Julgamento do **Pleno** em 20/5/2015, DJ de 3/8/2015; **ADI 3522**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Julgamento do **Pleno** em 24/11/2005, DJ de 12/5/2006; e **ADI 4178 MC-REF**, Rel. Min. **Cezar Peluso**, Julgamento do **Pleno** em 4/2/2010, DJ de 19/3/2010.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

(...)

*c) conclusão com aproveitamento do curso de preparação de Magistrados, ministrado por Escola da Magistratura, **vinculada ao Poder Judiciário**, ou*

*d) **exercício de cargo público**, efetivo ou comissionado, para cujo provimento fosse indispensável a graduação em direito, ou*

II – Grupo II – três (3) pontos:

(...)

*c) **exercício de cargo público** de direção superior ou de assessoramento, efetivo ou comissionado, **no âmbito da Administração Pública**, ou*

(...)

IV – Grupo IV – um (01) ponto:

*a) **estágio supervisionado** com acadêmico de direito **no âmbito do Poder Judiciário**, ou*

*b) **exercício de cargo público de direção ou de assessoramento**, de provimento efetivo ou comissionado, ou*

*c) **exercício de função de conciliação em Juizado Especial**.” (Grifos acrescidos)*

22. Da simples leitura dos dispositivos supra transcritos é possível notar a **violação clara ao princípio da isonomia**, visto que: (1) apenas são aproveitados cursos de preparação ministrados por Escola Superior vinculada ao Poder Judiciário, **excluídos os ministrados por escolas vinculadas ao Ministério Público e à OAB**; (2) é permitida a pontuação pelo **mero** exercício de cargo público, **mesmo que comissionado**, isto é, demissível **ad nutum**, **não acessível a qualquer cidadão** pelos critérios de merecimento, **inclusive** admitindo-se como título o exercício de **cargo público desvinculado da atividade jurídica**, como é o caso do inciso II, alínea **c**, e inciso IV, alínea **b**; (3) **apenas** o estágio supervisionado com acadêmico de direito **no âmbito do Poder Judiciário** é admitido como título, **sem que haja tratamento análogo para outros estágios supervisionados da área jurídica**, como por exemplo, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em escritórios de advocacia, **privilegiando**, assim, **estagiários do próprio órgão que realiza o certame**; e (4) a atribuição de pontuação para o **exercício de função de conciliação em Juizado Especial**, cujo exercício passa pela vontade **discricionária** da administração, constituindo **privilégio** àqueles que já atuam na casa.

23. Em face disso, o e. **STF** proferiu o v. Acórdão a seguir transcrito:

“I. Concurso para a magistratura: argüição de inconstitucionalidade da resolução que o dispensa - aprovado pelo Tribunal de Justiça - e do edital - baixado por seu Presidente, por não ter participado a Ordem dos Advogados do Brasil da elaboração de tais atos normativos: ação direta inadmissível no ponto, porque, outorgadas as competências do Tribunal e de seu Presidente pela lei, a existir, a inconstitucionalidade direta seria desta, a lei, e não, dos atos normativos que, com base na competência legal, foram baixados.

II. Concurso para a magistratura: exigência constitucional de participação da OAB "em todas as suas fases": conseqüente plausibilidade da argüição de inconstitucionalidade das normas regulamentares do certame que: (a) confiaram exclusivamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, com recurso para o plenário deste, decidir sobre os requerimentos de inscrição; (b) predeterminaram as notas a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

conferir a cada categoria de títulos: usurpação de atribuições da comissão, da qual há de participar a Ordem.

III. Concurso público para a magistratura: títulos: plausível a invocação do princípio constitucional da isonomia contra a validade de normas que consideram título o mero exercício de cargos públicos, efetivos ou comissionados, privativos ou não de graduados em Direito.”

(ADI 2210 MC, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, Julgamento do **Pleno** em 28/9/2000, DJ de 24/5/2002) (Grifo acrescido).

24. Cabe salientar que a Resolução nº 2/2000 – TJ/AL, em seu art. 29, estabeleceu, ainda, como títulos o “**exercício de cargo da Magistratura ou Ministério Público**” (inciso I, alínea “a”) e o “**exercício de magistério superior universitário em Direito, obtido mediante aprovação em concurso público**” (inciso III, alínea **b**), os quais permaneceram incólumes após a manifestação do e. **STF**.

25. Em face disso, é possível depreender que o que se condenou no julgado foi a valoração do **mero exercício de cargo público** como título, visto que o exercício de cargo público de direção ou de assessoramento, de provimento efetivo ou comissionado, por exemplo, **não** é capaz de demonstrar a experiência **jurídica** do candidato para o exercício da magistratura, constituindo **benefício** na classificação **desvinculado** das **atribuições do cargo em disputa**.

26. Portanto, nota-se que o edital não buscava reconhecer, por meio do exercício de cargo público, a diferenciação do candidato melhor preparado para a função da magistratura, conforme seu conhecimento, aptidão e experiência; ao contrário, os títulos questionados buscavam nitidamente **privilegiar** a classificação daqueles que **já atuavam no âmbito do Poder Judiciário, mesmo que fora da área jurídica**, ensejando **favorecimento** em detrimento dos demais candidatos.

27. Com advento das Resoluções nºs 3/2002 e 13/2008 do TJ/AL e superveniência da Resolução nº 75/2009 do CNJ, restou prejudicada a continuidade do julgamento da ADI nº 2210/AL, por **perda do objeto**, tendo sido extinto o processo, sem resolução de mérito.

ADI 2.206

28. Em seguida, o e. **STF** voltou a enfrentar questão semelhante no âmbito da ADI nº 2206/AL, oportunidade em que houve o questionamento de regras do Edital nº 1/1998 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Alagoas, para provimento de cargos de **serventuário** da Justiça Estadual.

29. O referido certame, no item 4.6 do Edital nº 1/1998, previa como títulos valoráveis para fins de classificação no concurso público, dentre outros: a **aprovação em concurso** para provimento de cargo público (0,5 ponto, apenas aproveitável um resultado positivo); o **exercício de cargo público de direção, chefia ou assessoramento** (0,5 ponto, apenas computável um desempenho); prova do **desempenho das funções do cargo** por que concorre, na condição de **servidor estável** (1,0 ponto por quinquênio de efetivo serviço); a prova do **desempenho das funções do cargo** por que concorre, na condição de **não-estável**,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

desde que não ocorrente simultaneamente com a situação anterior (0,5 ponto por quinquênio de efetivo serviço).

30. Em seu voto¹⁰, o em. Relator do feito, Ministro **Nelson Jobim**, destacou alguns pontos que considerou **atentatórios ao princípio da isonomia**, tais como: a aferição de pontuação por aprovação em concurso público, **sem discriminar se de nível superior ou médio**¹¹; a atribuição de pontuação a quem houvesse exercido cargo público de direção, chefia ou assessoramento, **sem especificar em qual nível**; a atribuição **diferenciada** de pontos para quem comprovasse experiência profissional sendo servidor **estável** e para quem possuía a **mesma experiência** profissional na condição de **não-estável**.

31. Em face disso, o e. **STF deferiu medida cautelar** para suspensão dos itens em comento, em razão de “**aparente**” regra discriminatória, tendo sido proferido o r. Acórdão a seguir transcrito:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS. PREVISÃO DE PONTUAÇÃO AOS SERVIDORES NÃO ESTÁVEIS, BEM COMO A APROVAÇÃO EM QUALQUER CONCURSO PÚBLICO, SEM DIFERENCIAÇÃO DE NÍVEL DE GRADUAÇÃO, DESIGUALA OS CONCORRENTES, EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE, AO NÃO TRAZER O NOME DOS CANDIDATOS E OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE INSCRIÇÃO. “FUMUS BONI IURIS” E “PERICULUM IN MORA” CONFIGURADOS. SUSPENSÃO DE ITENS DO EDITAL. LIMINAR DEFERIDA.”

(ADI 2206 MC, Rel. Min. **Nelson Jobim**, Julgamento do **Pleno** em 8/11/2000, DJ de 1/8/2003) (Grifo acrescido)

32. Apesar da suspensão cautelar, o mérito da questão não chegou a ser apreciado, haja vista que o edital em questão foi expressamente revogado, levando à perda do objeto da ação.

ADI 3.443

33. Em seguida, no bojo da ADI nº 3443/MA, foi questionada a constitucionalidade dos incisos I e II do art. 31 da Resolução nº 7/2004 do TJ/MA, que, ao aprovar o regulamento do concurso público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, assim dispôs:

“Art. 31. Os títulos e seus valores são os seguintes:

*I – **exercício da função**, efetiva ou provisoriamente, **para o qual está concorrendo o candidato**, por tempo não inferior a um ano: um ponto;*

¹⁰ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347480>, consultado em 4/12/2017.

¹¹ Um candidato que apresentasse título de aprovação em concurso de **nível médio** faria jus à mesma pontuação de outro candidato que houvesse logrado êxito em concurso de **nível superior**, **não havendo proporcionalidade** no reconhecimento do mérito de cada um.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

II – exercício efetivo de outro cargo, por prazo não inferior a um ano e para o qual seja exigida no mínimo a mesma escolaridade do cargo a que concorre: um ponto;”
(Grifos acrescidos)

34. Naquela ocasião o em. Relator do feito, Ministro **Carlos Velloso**, destacou em seu voto¹² os fundamentos aduzidos pelo então Procurador-Geral da República, **Antônio Fernando de Souza**, **in verbis**:

“(…)

8. No mérito, a simples leitura dos dispositivos acima transcritos demonstram a violação clara ao princípio da isonomia, insculpido na norma do artigo 5º, caput, da Carta Magna.

9. A obrigatoriedade em se observar a isonomia reflete a busca, pelo Estado brasileiro, em ver **preservada a igualdade de aptidão, de possibilidades virtuais**, i. e., de que todos os cidadãos tenham efetivamente **direito a um tratamento idêntico**, em consonância com os critérios albergados pelo ordenamento jurídico.

10. A existência de um edital e um regulamento de concurso público em que não haja a preservação de um princípio constitucional essencial como é o da isonomia agride frontalmente à própria noção de um Estado Democrático de Direito, isto por que, a **igualdade de oportunidade de ingresso no serviço público é um dos alicerces da própria noção instituída de administração pública** após a Constituição da República de 1988.” (Grifos acrescidos)

35. Diante disso, as normas impugnadas foram tidas como **inconstitucionais**, uma vez que “o exercício de função, efetiva ou provisoriamente, para a qual estava concorrendo o candidato” e “o exercício efetivo de outro cargo de mesma escolaridade”, se considerados como **títulos**, permitiriam a aferição de pontuação pelo **mero exercício de função pública**, conforme o v. Acórdão proferido pelo e. **STF, in litteris**:

“EMENTA: CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. REGULAMENTO nº 7/2004, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, INCISOS I E II DO ART. 31. PROVA DE TÍTULOS: EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS.

I. - Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o **mero exercício de função pública**.

II. - ADI julgada procedente, em parte.”

(ADI 3443, Rel. Min. **Carlos Velloso**, Julgamento do **Pleno** em 8/9/2005, DJ de 23/9/2005) (Grifo acrescido).

36. Embora, **in casu**, o exercício dos aludidos cargos públicos demonstre, em tese, a **experiência no desempenho de atribuições análogas às do cargo em disputa**, o fato é que outros candidatos com bagagem profissional, por vezes até superior, não lograriam êxito em aferir pontuação, por não terem tido acesso a um cargo público, seja por concurso, seja por provimento em cargo demissível **ad nutum**, vez que o edital não contemplava meio de valorar, igualmente, a experiência profissional dos demais concorrentes.

¹² <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363377>, consultado em 4/12/2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

37. Assim, os referidos itens editalícios foram considerados **inconstitucionais** por **privilegiarem determinados** candidatos em detrimento de outros, sem que houvesse a comprovação da **razoabilidade** do critério de avaliação estabelecido, **enquanto diferencial** para o desempenho das atribuições específicas do cargo em disputa.

38. Nesse ponto, oportuno citar o RE 558.833 AgR, em que a c. **Segunda Turma** do e. **STF**, ao analisar o Edital nº 106/96-ECT/CE, para provimento de **cargos de natureza administrativa**, proferiu entendimento no sentido de que a **baixa complexidade** do cargo, sem necessidade de experiência anterior ou conhecimentos complementares para o desempenho das atribuições, torna **desarrazoada** a exigência de experiência profissional, uma vez que são **suficientes** os conhecimentos pertinentes ao grau de instrução requerido.

ADI 3.522

39. Logo em seguida, o e. **STF**, por meio da ADI nº 3.522/RS, apreciou constitucionalidade dos incisos I, II, III e X do art. 16 e o inciso I do parágrafo único do art. 22, ambos da Lei nº 11.183/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, que, ao dispor sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notarial e registral¹³, assim estabeleceu:

“Art. 16 - Os critérios de valorização dos títulos serão os seguintes:

I - desempenho profissional anterior em serviço notarial ou de registro, considerando-se a complexidade e o tempo do exercício da delegação em cidade de maior relevância econômico social - até trinta (30) pontos;

II - tempo de serviço prestado como prepostos de serventia notarial ou de registro, caso não obtido o máximo da pontuação conferida pelo item anterior - até 25 (vinte e cinco) pontos, desde que não tenha sofrido penalidades de qualquer natureza;

III - tempo de serviço público ou privado prestado a atividades relacionadas com a área notarial ou de registro, caso não tenha obtido o máximo da pontuação conferida pelos itens anteriores - até dez (10) pontos;

(...)

X - aprovação em concurso para os serviços notarial e de registro, salvo se já foi valorizado em outro item - até vinte (20) pontos;

(...)

Art. 22 - O Presidente do Tribunal de Justiça concederá a delegação dos serviços notariais e de registro, por indicação do Corregedor-Geral da Justiça, em rigorosa obediência à ordem de classificação no concurso, observada a opção de preferência dos candidatos.

Parágrafo único - Em caso de empate entre candidatos, a preferência na classificação respeitará a seguinte ordem:

I - o mais antigo na titularidade de serviço notarial ou de registro;”

40. Nesse sentido, defendendo que o concurso público pressupõe igualdade na participação dos candidatos, o em. Relator do feito, Ministro **Marco Aurélio**, aduziu, em seu voto¹⁴, ser **conflitante** com a natureza do instituto do concurso público o estabelecimento de

¹³ Conforme previsão da Lei Federal nº 8.935/1994 (Lei dos Cartórios).

¹⁴ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363389>, consultado em 4/12/2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

elementos de avaliação que acarretem **prejuízo** aos candidatos, por conferir **situação mais favorável** a um **certo segmento**. Por outro lado, aduziu ser **viável** o estabelecimento de **requisitos lineares**, **passíveis de serem alcançados por todos**. Assim, defendeu a inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados, não só por violação ao **princípio da igualdade**, mas também por afronta ao **princípio da impessoalidade**, em razão do favorecimento de **destinatários certos**, isto é, os integrantes dos serviços notariais e de registro, funções que, durante décadas, foram exercidas **mediante designação política**.

41. Em face disso, o e. **STF**, considerando que os dispositivos questionados fixam **critérios arbitrários** de **sobrevalorização** dos títulos da atividade cartorária, privilegiando **um determinado grupo de candidatos** em detrimento dos demais, proferiu o v. Acórdão a seguir:

“EMENTA: PROCESSO OBJETIVO - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - ATUAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO. Consoante dispõe a norma imperativa do § 3º do artigo 103 da Constituição Federal, incumbe ao Advogado-Geral da União a defesa do ato ou texto impugnado na ação direta de inconstitucionalidade, não lhe cabendo emissão de simples parecer, a ponto de vir a concluir pela pecha de inconstitucionalidade.

CONCURSO PÚBLICO - PONTUAÇÃO - EXERCÍCIO PROFISSIONAL NO SETOR ENVOLVIDO NO CERTAME - IMPROPRIEDADE. Surge a conflitar com a igualdade almejada pelo concurso público o empréstimo de pontos a desempenho profissional anterior em atividade relacionada com o concurso público.

CONCURSO PÚBLICO - CRITÉRIOS DE DESEMPATE - ATUAÇÃO ANTERIOR NA ATIVIDADE - AUSÊNCIA DE RAZOABILIDADE. Mostra-se conflitante com o princípio da razoabilidade eleger como critério de desempate tempo anterior na titularidade do serviço para o qual se realiza o concurso público.”

(ADI 3522, Rel. Min. Marco Aurélio, Julgamento do Pleno em 24/11/2005, DJ de 12/5/2006) (Grifo acrescido).

42. Portanto, **in casu**, a questão que conduziu à declaração de inconstitucionalidade foi a **supervalorização desarrazoada** de títulos vinculados à atividade notarial e de registro, em detrimento de outros títulos atinentes a atividades jurídicas.

43. Nesse tocante, entendo oportuno destacar o pronunciamento do em. Ministro **Ayres Britto**, ao externar seu voto no bojo da ADI nº 3.522/RS, **in verbis**:

*“O fato é que a Constituição admite a valoração dos títulos não como critério de aprovação de candidatos, **mas de classificação**. Em verdade, segundo penso, quando se diz “concurso público de provas e títulos”, a Constituição está dizendo que há uma só prova, a de conhecimentos; título não é prova, pois só o pode ser o que aprova ou reprova. (...) Vem, então, a grande questão: há de haver, sim, um **critério de razoabilidade na aferição dos títulos** porque, como já advertia Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, **os títulos não podem, ao final, se tornar o verdadeiro critério de seleção dos candidatos**. Uma **supervalorização dos títulos termina sobrepondo a experiência ao conhecimento**. Por que os títulos servem para a aferição da*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

experiência do candidato, ou então, da sua ilustração mentalmente formal."¹⁵ (Grifos acrescidos)

44. Nesse mesmo sentido foi o pronunciamento do em. Ministro **Gilmar Mendes**, ao proferir seu voto no bojo da aludida Ação Direta de Inconstitucionalidade, **in litteris**:

*"embora entenda possível ao legislador estabelecer – é até melhor que ele o faça, do que eventualmente, o edital, porque aqui, pelo menos, há clareza e possibilidade de um controle direto -, tenho a impressão de que a sobrevalorização emprestada à atividade notarial – embora talvez até pudesse ser valorizada juntamente com outras atividades – é que leva a um juízo de discriminação, talvez, arbitrária e, quem sabe, determine, então, a declaração de inconstitucionalidade."*¹⁶ (Grifos acrescidos)

45. Destarte, o que, de fato, levou à procedência da ação para declarar a inconstitucionalidade dos incisos I, II, III e X do art. 16 e inciso I do parágrafo único do art. 22, ambos da Lei nº 11.183/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, foi a **valorização desproporcional** de atividade desempenhada anteriormente ao certame, ensejando o **favorecimento indevido de pessoas certas**.

46. Corroborando esse entendimento, destaca-se o conteúdo do v. Acórdão lavrado em sede de AI nº 830.011 AgR/RS, em que a c. **Primeira Turma** do e. **STF** deliberou conforme a seguir:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. NOTÁRIO. ATRIBUIÇÃO DE PONTOS QUANDO DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS. ADI 3.522. IMPOSSIBILIDADE DE SE SUPERVALORIZAR TÍTULOS OBTIDOS EM ATIVIDADE NOTARIAL EM DETRIMENTO DO EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES JURÍDICAS APRECIÁVEIS NO CONCURSO PÚBLICO. TODAVIA, INVIÁVEL A EXCLUSÃO DE TODA A PONTUAÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EM CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL. ACERTO DA DECISÃO PROFERIDA PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. É inconstitucional a atribuição supervalorizada de pontos, na prova de títulos em concurso público para o cargo de notário, pelo exercício anterior de atividade cartorária em detrimento de outras atividades jurídicas.

2. Todavia, o princípio constitucional da isonomia é atendido pela atribuição proporcional de pontos aos candidatos exercentes de atividade notarial e de outras atividades jurídicas, revelando-se inconstitucional a decisão que determina a extirpação total de pontos referentes aos títulos obtidos pelo exercício daquela atividade. Precedentes: ADI 3.522, Rel. Min. MARCO AURELIO, DJ 12.5.2006; Rcl 4.426, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, DJe de 3.06.2009; Rcl 4.507, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Dj de 4.9.2006; e Rcl nº 4463, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe de 4.3.2008.

3. In casu, o acórdão recorrido assentou, na parte que importa:

¹⁵ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363389>, consultado em 4/12/2017.

¹⁶ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=363389>, consultado em 4/12/2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

“ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO. VALORAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS. DIMINUIÇÃO DA NOTA PELA COMISSÃO ORGANIZADORA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO. MÉRITO ADMINISTRATIVO. REFORMATIO IN PEJUS. AUSÊNCIA. AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO. ADI Nº 3.522-3, STF. LEI 11.183/98. EXCLUSÃO TOTAL DOS PONTOS CORRESPONDENTES À ATUAÇÃO, COMO PREPOSTO, EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS. ATRIBUIÇÃO DE PONTOS AOS QUE EXERCERAM ADVOCACIA, MAGISTRATURA E PROMOTORIA. FINALIDADE DOS TÍTULOS. VIOLAÇÃO. (...) 5. Outrossim, no que concerne à exclusão total dos pontos concedidos pela atuação como preposto em serventia notarial, para que se observe a finalidade da prova de títulos e o edital do certame – sem se afastar do que foi consignado pelo STF no julgamento da ADI 3.522-3 –, deve-se atribuir ao impetrante a pontuação por haver comprovado o exercício da aludida atividade, nos termos regradados no item 2 da tabela de títulos, limitando-a, contudo, ao valor máximo conferido ao exercício da advocacia, da magistratura e da promotoria. 6. Com efeito, a exclusão total dos pontos daqueles que possuem experiência na atividade notarial, ao mesmo tempo em que é atribuído valor à atuação do candidato em funções totalmente distintas (promotor, procurador, juiz, por exemplo), contraria inequivocamente a finalidade da exigência de títulos, qual seja: demonstrar que o candidato reúne atributos e conhecimentos técnicos que o coloca, ainda que em tese, numa posição de maior capacidade para o exercício das atividades em relação a seus concorrentes. Apreciando situação similar, a contrario sensu, confirmam-se os precedentes desta Corte e do STF: RMS 24.509/RS, Rel. Min. Castro Meira e Rcl 4.426/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJU 08.06.09).

5. Agravo regimental desprovido.”

(AI 830.011 AgR, Rel. Min. **Luiz Fux**, Julgamento na **Primeira Turma**, em 26/6/2012, DJ de 14/8/2012) (Grifos acrescidos).

47. Desse modo, assim como a superior atribuição de pontos aos candidatos que comprovem experiência na atividade cartorária fere a isonomia, a sua **total exclusão**, igualmente, viola o citado princípio, vez que reverte a **vantagem indevida** aos candidatos com experiência no exercício de atividades jurídicas. Com isso, é possível concluir que a **legitimidade** de regras que estabelecem como título a ocupação de um cargo ou outra experiência profissional pressupõe o **equilíbrio e a proporcionalidade** na pontuação distribuída, de modo a elidir qualquer indício de favorecimento arbitrário a classe de interessados.

ADI 3.830

48. Ainda sobre a Lei nº 11.183/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, foram questionados, por meio da ADI nº 3.830/RS, os incisos IV, V, VI VII, VIII, IX, XII e XIII do art. 16, que previam como títulos valoráveis em concurso público de ingresso e remoção nos serviços notarial e de registro os seguintes:

*“Art. 16 - Os critérios de valorização dos títulos serão os seguintes:
(...)”*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

IV - título de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado em cursos jurídicos diretamente vinculados ao exercício da função notarial e de registro - até dez (10) pontos;

V - magistério em disciplina jurídica vinculada ao exercício da função notarial e de registro - até dez (10) pontos;

VI - publicação de artigos ou livros de autoria exclusiva do candidato sobre temas diretamente relacionados com a função - até dez (10) pontos;

VII - apresentação de tese em congresso - até dez (10) pontos;

VIII - participação, com aproveitamento, em cursos oficiais ministrados pelo Tribunal de Justiça ou pelas entidades de classe - até cinco (5) pontos;

IX - participação em encontros, simpósios, congressos nacionais ou internacionais sobre temas ligados aos serviços notariais ou de registro - até cinco (5) pontos;

(...)

XII - exercício da advocacia por prazo não inferior a cinco (5) anos - até dez (10) pontos;

XIII - exercício da judicatura ou da promotoria de justiça - até dez (10) pontos.”

49. Cabe lembrar que o e. **STF** já havia apreciado a constitucionalidade dos incisos I, II, III e X do art. 16¹⁷ da Lei nº 11.183/1998 do Rio Grande do Sul, por meio da ADI nº 3522/RS (parágrafo 39/47 deste opinativo). Naquela ocasião, como já dito, os referidos dispositivos foram considerados **conflitantes com a igualdade** almejada pelo concurso público, em razão de **possível reserva de mercado**, em especial devido à flagrante **sobrevalorização** de títulos ligados à atividade notarial e de registro, **em detrimento de outros atrelados à área jurídica**.

50. Por outro lado, em relação aos demais itens¹⁸ do art. 16 da Lei nº 11.183/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, a e. **Suprema Corte**, ao julgar a ADI nº 3.830/RS, entendeu tratar-se de **situação diversa**, visto que os títulos em questão, conforme depreende-se da transcrição supra, podem, **ao menos em tese**, ser alcançados por **qualquer candidato** ao concurso público, além de apresentarem pontuação coerente no contexto da avaliação.

51. Nesse espeque, o em. Relator do Feito, Ministro **Marco Aurélio**, ao proferir seu voto, destacou o que segue:

*“Cumpre considerar que **há na espécie**, presente o objetivo do concurso – a ocupação de serventia de notas ou de registro -, a **razoabilidade**. O que previsto situa-se no campo jurídico e visa justamente, **aqui sim, a dar ênfase à experiência do candidato**. Repito: **na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.522/RS**, a glosa referente à atribuição*

¹⁷ Art. 16 - Do edital constarão os critérios de valoração dos títulos, considerando-se na seguinte ordem: (...) II - apresentação de tese em congressos ligados à área notarial e de registro; III - participação em encontros, simpósios e congresso sobre temas ligados aos serviços notariais ou de registro, mediante apresentação de certificado de aproveitamento; (...) V - aprovação em concurso de ingresso e remoção em serviço notarial e registral; (...) VIII - tempo de serviço prestado como titular em serviço notarial ou de registro; IX - tempo de serviço prestado como escrevente juramentado ou suboficial, em serventia notarial ou de registro; X - tempo de serviço público ou privado prestado em atividades relacionadas com a área notarial ou de registro, de no mínimo 5 (cinco) anos.

¹⁸ Incisos IV, V, VI VII, VIII, IX, XII e XIII.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*de pontos pelo exercício da função notarial ou de registro, conforme estabelecido nos incisos I, II, III e X do artigo 16 e no inciso I do parágrafo único do artigo 22, decorreu do fato de, a princípio, **saber-se quem atenderia às exigências** – seriam justamente os que estivessem ocupando ou tivessem ocupado os cargos reveladores dos serviços notarial e de registro.”¹⁹*

52. Acolhendo o voto do em. Relator, o e. **STF** proferiu o v. Acórdão a seguir:

“EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – DEFESA. Conforme disposto no artigo 103, § 3º, do Diploma Maior, cumpre ao Advogado-Geral da União defender o ato ou o texto ao qual se atribui a pecha de inconstitucionalidade – considerações.

CONCURSO PÚBLICO – SERVIÇO DE NOTAS E DE REGISTROS – TÍTULOS. Não conflitam com a Carta da República preceitos direcionados a conferir pontuação a títulos concernentes às funções notarial e de registro bem como à prática da advocacia ou ao exercício da magistratura e da promotoria. Harmonia do artigo 16, incisos IV a XIII, da Lei nº 11.183/98, do Estado do Rio Grande do Sul, com a Constituição Federal.”

(ADI 3830, Rel. Min. Marco Aurélio, Julgamento do Pleno em 23/2/2011, DJ de 12/5/2011) (Grifo acrescido).

53. No que toca, especificamente, aos incisos XII e XIII - exercício da advocacia por prazo não inferior a cinco anos (até 10 pontos) e exercício da judicatura ou da promotoria de justiça (até 10 pontos) – cabe esclarecer que, **in casu, não implicam em reserva de mercado**. Primeiro, porque a **pontuação** vinculada a cada um desses títulos mostra-se **razoável e proporcional**, não implicando em favorecimento arbitrário de uma categoria de profissionais em detrimento de outra. Segundo, pois a atividade notarial e de registro é **privativa de bacharel em Direito**, nos termos do art. 236 da CF/1988 c/c art. 14, inciso V, da Lei nº 8.935/1994²⁰, de modo que qualquer dos candidatos do certame, **ao menos virtualmente**, poderia alcançar a mencionada pontuação.

ADI 4.178

54. No âmbito da ADI nº 4178/GO, foi apontada a possível inconstitucionalidade dos incisos II, III, V, VIII, IX e X do art. 16 da Lei nº 13.136/1997 do Estado de Goiás, que, ao dispor sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registro no âmbito estadual, estabeleceu como títulos, dentre outros, o que segue:

“Art. 16 - Do edital constarão os critérios de valoração dos títulos, considerando-se na seguinte ordem:

(...)

*II - apresentação de tese em congressos **ligados à área notarial e de registro**;*

*III - participação em encontros, simpósios e congresso sobre temas **ligados aos serviços notariais ou de registro**, mediante apresentação de certificado de aproveitamento;*

(...)

¹⁹ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=622815>, consultado em 4/12/2017.

²⁰ Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

*V - aprovação em concurso de ingresso e remoção em serviço notarial e registral;
(...)*

*VIII - tempo de serviço prestado como **titular** em serviço notarial ou de registro;*

*IX - tempo de serviço prestado como **escrevente juramentado ou suboficial, em serventia notarial ou de registro;***

*X - tempo de serviço público ou privado prestado em **atividades relacionadas com a área notarial ou de registro, de no mínimo 5 (cinco) anos.***

55. À época, alegou-se que as referidas normas violavam o princípio da **isonomia**, por **desigualem** os concorrentes à vaga de titular de cartório extrajudicial, conferindo **àqueles que já desempenharam atividades relacionadas** à área notarial ou de registro uma **melhor classificação no concurso**.

56. Em 21/1/2009, o então Presidente do e. **STF**, em. Ministro **Gilmar Mendes**, deferiu **medida cautelar** para: (1) no tocante ao concurso de **ingresso, suspender**, com efeitos **ex nunc**, a vigência das normas dos incisos II, III, V, VIII, IX e X do art. 16 da Lei nº 13.136, de 21 de julho de 1997 do Estado de Goiás; e (2) em relação ao concurso de **remoção**, fixar, com efeitos **ex nunc**, **interpretação conforme** a Constituição no sentido de que a consideração dos títulos referidos nos incisos II, III, V, VIII, IX e X do art. 16 da Lei nº 13.136, de 21 de julho de 1997 do Estado de Goiás, deve ter como marco inicial o ingresso no serviço notarial e de registro.

57. Ao referendar a Medida Cautelar concedida, o e. **Plenário** distinguiu, do rol de títulos questionados, a hipótese prevista no **inciso V** do art. 16 da Lei nº 13.136/1997 do Estado de Goiás, destacando que o aproveitamento de pontos em relação à **aprovação em concurso de ingresso em serviço notarial e de registro, por si só, não carrega o mesmo vício** de inconstitucionalidade declarado no julgamento da ADI nº 3.522/RS, pois **o que não se tolera é a sobrevalorização arbitrária desse critério.**

58. Assim, o em. Ministro **Cezar Peluso**, ao proferir seu voto, defendeu que “é *legítimo reputar a **aprovação em concurso público de ingresso no serviço notarial e de registro** como título passível de ser valorado na prova de títulos, desde que não sobrevalorizado arbitrariamente, de modo a favorecer quem já integre o serviço*”²¹.

59. Nesses termos, em 4/2/2010, a Medida Cautela concedida foi referendada com ressalva ao **inciso V** do art. 16 da Lei nº 13.136/1997 do Estado de Goiás, tendo o e. **STF** proferido o v. Acórdão a seguir:

*“1. INCONSTITUCIONALIDADE. Ação direta. Art. 16, incs. II, III, V, VIII, IX e X, da Lei nº 13.136/97, do Estado de Goiás. Concurso público. **Ingresso** e remoção nos serviços notarial e de registro. Edital. Pontuação. **Critérios ordenados de valoração de títulos. Condições pessoais ligadas à atuação anterior na atividade. Preponderância. Inadmissibilidade. Discriminação desarrazoada. Ofensa aparente aos princípios da isonomia, impessoalidade e moralidade administrativa.** Liminar concedida. Medida referendada. Para fins de concessão de liminar em ação direta, aparentam*

²¹ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=610567>, consultado em 4/12/2017.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

inconstitucionalidade as normas de lei que, prevendo critérios de valoração de títulos em concurso de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registro, atribuem maior pontuação às condições pessoais ligadas à atuação anterior nessas atividades.

2. **INCONSTITUCIONALIDADE.** Ação direta. Art. 16, incs. II, III, V, VIII, IX e X, da Lei nº 13.136/97, do Estado de Goiás. Concurso público. **Remoção** nos serviços notarial e de registro. Edital. Pontuação. Critérios ordenados de valoração de títulos. Condições pessoais ligadas à atuação anterior na atividade. **Marco inicial. Data de ingresso no serviço. Interpretação conforme à Constituição.** Liminar concedida para esse efeito. Medida referendada. Para fins de concessão de liminar em ação direta, devem ter por marco inicial a data de ingresso no serviço, em interpretação conforme à Constituição, as condições pessoais ligadas à atuação anterior na atividade, objeto de lei que estabelece critérios de valoração de títulos em concurso de remoção nos serviços notariais e de registro.

3. **INCONSTITUCIONALIDADE.** Ação direta. Art. 16, inc. V, da Lei nº 13.136/97, do Estado de Goiás. Concurso público. Serviços notarial e de registro. Edital. Pontuação. Critérios ordenados de valoração de títulos. **Aprovação anterior em concurso de ingresso num daqueles serviços. Título admissível. Impossibilidade, porém, de sobrevalorização e equiparação ao de aprovação em concurso para cargo de carreira jurídica. Limitação ditada por interpretação conforme à Constituição.** Liminar referendada com tal ressalva. Para fins de concessão de liminar em ação direta, norma que preveja, como título em concurso para ingresso no serviço de notas ou de registro, aprovação anterior em concurso para os mesmos fins, deve ser interpretada sob a limitação de que esse título não tenha valor superior nem igual ao de aprovação em concurso para cargo de carreira jurídica.

(ADI 4178 MC-REF, Rel. Min. **Cezar Peluso**, Julgamento do **Pleno** em 4/2/2010, DJ de 19/3/2010) (Grifo acrescido)

60. Vale mencionar que os dispositivos questionados na ADI nº 4.178/GO, com eficácia suspensa em relação ao concurso de ingresso, nos termos do v. Acórdão acima transcrito, ainda estão **pendentes de apreciação de mérito**²².

61. Sem embargo, cabe lembrar o teor do v. Acórdão lavrado no AI 830.011 AgR/RS (parágrafo 46 deste opinativo), segundo o qual: “(...) o princípio constitucional da isonomia é atendido pela **atribuição proporcional de pontos aos candidatos exercentes de atividade notarial e de outras atividades jurídicas**”²³. Naquela ocasião, a c. **Primeira Turma** do e. STF entendeu que a **vantagem injustificada**, decorrente de **sobrevalorização de títulos**, **não poderia se convolar em desvantagem arbitrária, pela exclusão total dos mesmos**. Assim, julgou que a **desconsideração absoluta da experiência na atividade cartorária implicava em violação inversa do princípio da isonomia**, por privilegiar candidatos da área jurídica.

62. Nesse contexto, considerando que o art. 16 da Lei nº 13.136/1997 do Estado de Goiás **apenas estabelece o rol de títulos, restando ao edital fixar os critérios de valoração** (conforme previsto no **caput**), no sentir deste **MPC/DF**, não se confirma, aqui, o mesmo vício

²² Conforme consulta em 14/12/2017.

²³ AI 830.011 AgR/RS, Rel. Min. **Luiz Fux**, Julgamento na **Primeira Turma**, em 26/6/2012, DJ de 14/8/2012.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

de inconstitucionalidade declarado no julgamento da ADI nº 3.522/RS, uma vez ausente a **sobrevalorização arbitrária dos títulos**, cabendo, entretanto, aguardar a apreciação de mérito pelo e. STF.

ADI 3.580

63. Por meio da ADI nº 3.580/MG, foi questionada a constitucionalidade dos incisos I e II, parte final, do art. 17 da Lei nº 12.919/1998 do Estado de Minas Gerais, que, ao dispor sobre os concursos de ingresso e remoção nos serviços notariais e de registro do Estado, assim estabeleceram:

“Art. 17 – O candidato não eliminado nas provas de conhecimento poderá apresentar títulos, considerando-se como tais os seguintes:

I – tempo de serviço prestado como titular, interino, substituto ou escrevente em serviço notarial ou de registro;

II – trabalhos jurídicos publicados, de autoria única, e apresentação de temas em congressos relacionados com os serviços notariais e registrais;” (Grifos acrescidos)

64. **In casu**, o e. STF considerou que ambas as hipóteses **privilegiam atividades específicas relacionadas às atividades notarial e de registro**, revelando **diferenciação arbitrária**, em **afronta ao caráter isonômico** que deve reger os concursos públicos, diante do que julgou **procedente** a ação direta para declarar a inconstitucionalidade dos incisos I e II, parte final, do art. 17 da Lei nº 12.919/1998 do Estado de Minas Gerais, nos seguintes termos:

“Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Art. 17, I e II, da Lei 12.919, de 29 de junho de 1998, do Estado de Minas Gerais. 3. Concurso Público de Ingresso e Remoção nos Serviços Notarias e de Registro. Apresentação dos seguintes títulos: a) tempo de serviço prestado como titular, interino, substituto ou escrevente em serviço notarial e de registro (art. 17, I); b) apresentação de temas em congressos relacionados com os serviços notariais e registrais (art. 17, II). 4. Violação ao princípio constitucional da isonomia. Atividades específicas relacionadas às atividades notarial e de registro. Precedentes. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. 6. Modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Efeito ex nunc, a partir de 8.2.2006, data da concessão da cautelar.”

(ADI 3580, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, Julgamento do **Pleno** em 20/5/2015, DJ de 3/8/2015) (Grifo acrescido)

ADI 1.072

65. Embora não tenha relação direta com a admissibilidade de títulos em concurso público, oportuno mencionar o entendimento do e. STF no âmbito da ADI nº 1.072/RJ, quando proferiu o v. Acórdão a seguir:

“DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. PROVAS DE CAPACITAÇÃO FÍSICA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO 6º DO ART. 10 DA LEI Nº 699, DE 14.12.1983, ACRESCENTADO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

PELA LEI Nº 1.629, DE 23.03.1990, AMBAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM ESTE TEOR: "§ 6º - Os candidatos integrantes do Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado ficam dispensados da prova de capacitação física e de investigação social a que se referem o inciso, I, "in fine", deste artigo, e o § 2º, "in fine", do artigo 11". 1. Não há razão para se tratar desigualmente os candidatos ao concurso público, dispensando-se, da prova de capacitação física e de investigação social, os que já integram o Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado, pois a discriminação implica ofensa ao princípio da isonomia. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente pelo Plenário do S.T.F."

(ADI 1072, Rel. Min. **Sydney Sanches**, Julgamento do **Pleno** em 6/2/2003, DJ de 16/5/2003) (Grifo acrescido).

66. Naquela ocasião, o dispositivo legal questionado²⁴ dispensava da prova de capacidade física e da fase de investigação social os candidatos já integrantes do Quadro da Polícia Civil.

67. Embora seja possível supor que os integrantes do Quadro da Polícia Civil já estejam aptos quanto à capacidade física e vida pregressa, tal dispensa foi tida como **inconstitucional** pelo e. **STF**, por violar o princípio da igualdade, conferindo **tratamento privilegiado** aos servidores do órgão organizador do concurso público, em detrimento dos demais candidatos.

68. Transportando tal entendimento para o caso que deu origem aos presentes estudos especiais (Edital nº 35/DGP – PMDF, examinado por este e. **Tribunal** no âmbito do Processo n.º 37219/2016-e), é possível depreender que, não obstante os candidatos que tenham exercido cargo em órgão elencado no art. 144 da CF/1988²⁵ possam apresentar experiência profissional **propícia** ao exercício do cargo de policial militar, **não se pode privilegiar a classificação desses candidatos em detrimento de outros**, sob risco de violação aos **princípios da isonomia e da impessoalidade**, bem como desvirtuamento da **finalidade** maior do concurso público, isto é, a seleção dos candidatos mais bem preparados para o exercício da função pública. Explico.

69. Conforme manifestação do em. Min. **Ayres Britto** no bojo da ADI 3.522/RS²⁶, os títulos **não podem, ao final do certame, se tornar o verdadeiro critério de seleção dos candidatos**, sobrepondo a experiência, **mais precisamente a sua ilustração formal**, ao conhecimento e capacidade, aferidos por meio das provas propriamente ditas.

²⁴ Lei nº 699/1983 do Estado do Rio de Janeiro: Art. 10. O ingresso no Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro far-se-á através de concurso de provas ou provas e títulos, dividido em duas fases: (Nova redação dada pela Lei nº 1629/90.) (...) § 6º - Os candidatos integrantes do Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado ficam dispensados da prova de capacidade física e de investigação social a que se referem o inciso I, in fine, deste artigo, e o § 2º, in fine, do artigo 11. (Parágrafo acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 16299/90). **Declarado inconstitucional, em 06/02/2003 - AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nr. 1072.**

²⁵ Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.

²⁶ ADI 3522, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Julgamento do Pleno em 24/11/2005, DJ de 12/5/2006.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

70. No sentir do **MPC/DF**, os candidatos que tenham exercido cargo em órgãos elencados no art. 144 da CF/88, **pela própria experiência profissional que carregam**, já **possuem vantagem** em relação a outros candidatos, tanto pelo conhecimento empregado no exercício da função, quanto pela capacidade física e psicológica já testada. Nesse contexto, a previsão do Edital nº 35/DGP – PMDF pode conferir **vantagem excedente** àqueles que tenham ocupado os aludidos cargos públicos, pois, **se a sua experiência na segurança pública de fato constitui diferencial, é natural que esses candidatos se destaquem** nas provas de conhecimento, física e psicotécnica, comprovando serem os mais aptos a ocupar os cargos disputados.

71. Por outro lado, cabe ressaltar que o Edital nº 35/DGP – PMDF **não contemplou** títulos capazes de beneficiar, proporcionalmente, os **demais candidatos** que não tenham atuado junto aos órgãos elencados no art. 144 da CF/88, de modo que **outras atividades com semelhante potencial de revelar a preparação dos candidatos** foram **desconsideradas**, como por exemplo a prestação de serviço militar junto às Forças Armadas, nos termos dos arts. 142 e 143 da Constituição Federal. Nesse sentido, entendo que o aludido edital não confere a possibilidade de que outros candidatos, **ao menos em tese**, alcancem a pontuação relativa à experiência profissional, não assegurando a almejada igualdade de condições entre os concorrentes.

72. Corroborando o entendimento apresentado, sobressai o fato de o Edital nº 35/DGP – PMDF ter conferido ao candidato que comprove o exercício de cargo em um dos órgãos previstos no artigo 144 da CF/1988 o **direito de acumular até 2,40 pontos**²⁷; ao passo que **outros candidatos**, que não houvessem exercido um desses cargos, **somente** alcançariam pontuação semelhante **cumulando, ao menos, dois outros títulos de natureza diversa**²⁸. Logo, é nítida a **vantagem** conferida a um segmento de candidatos em razão da **supervalorização do aludido título**, sendo incontestável a glosa do item do edital determinada por esta c. **Corte**, em atenção aos princípios constitucionais da **igualdade** e da **impessoalidade**.

73. Sem embargo, uma vez que os presentes estudos especiais recaem sobre **concursos públicos em geral**, e não apenas aquele a que se refere o Edital nº 35/DGP – PMDF, que ensejou o questionamento objeto do presente feito, o **MPC/DF** entende que as ponderações apresentadas merecem ser estendidas aos demais certames, observadas as devidas proporções.

Isonomia no concurso público

74. O legislador constituinte estabeleceu a **ampla acessibilidade dos cargos, empregos e funções públicas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, e aos estrangeiros, na forma da lei** (art. 37, I, da CF/88).

75. Nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal, esse acesso se dará por meio de **concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme previsão legal**, a depender

²⁷ 0,6 pontos por ano completo de exercício profissional, cumulado no máximo 4 anos.

²⁸ Por exemplo, um título de doutorado (pontuação máxima: 1.80 pontos) com um título de pós-graduação (pontuação máxima: 0,60 pontos).



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

da **natureza** e da **complexidade** do cargo ou emprego, ressalvadas dessa exigência as nomeações para cargo em comissão **declarado em lei** de livre nomeação e exoneração.

76. Vale ressaltar que a decisão sobre a realização de concurso público de **provas e títulos**, modalidade mais restritiva que o concurso de provas, compete, em regra²⁹, ao **legislador infraconstitucional**, a quem cabe concluir pela **necessidade, mais que a simples conveniência**, de se valorar a vida profissional e intelectual do candidato para ingresso em determinada carreira.

77. Do mesmo modo, qualquer outra **limitação do acesso** a cargos, empregos e funções públicas, só se legitimam se decorrentes de **lei**, em **sentido formal**³⁰, desde que fixadas com **razoabilidade** para atender às **especificidades** oriundas da **natureza** e da **complexidade** do cargo ou emprego público.

78. Nesse sentido, o e. **Supremo Tribunal Federal** por inúmeras vezes condenou regras que, exclusivamente por meio de edital, impunham fixação de limite de idade ou estabeleciam altura mínima, reconhecendo a **reserva legal**³¹. De igual modo, fixou entendimento de que a validade do exame psicotécnico é condicionada, dentre outros fatores, à **previsão em lei** (Súmula Vinculante nº 44).

79. No âmbito do Distrito Federal, como bem pontuado pela Unidade Técnica, a Lei nº 4.949/2012³², em estrita observância aos preceitos constitucionais, **veda expressamente** o estabelecimento de critérios de **diferenciação** entre candidatos, **salvo se previstos em lei** (art. 6º, I), assim como proíbe qualquer restrição injustificada à isonomia e à competitividade do certame (art. 6º, II). Ademais, reforça no art. 48 que a prova de títulos é **meramente classificatória**, não podendo, portanto, **camuflar** verdadeira eliminação de candidato com a

²⁹ Visto que a própria Constituição Federal estabelece a obrigatoriedade da apreciação dos títulos nos concursos públicos para determinadas carreiras como: Magistratura (art. 93, I), Ministério Público (art. 129, § 3º), Advocacia Pública (arts. 131, § 2º e 132, caput), Defensoria Pública (art. 134, § 1º), Magistério (art. 206, V) e atividades notarial e de registro (art. 236, § 3º).

³⁰ “**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LIMINAR. CONCURSO PÚBLICO. JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO. REQUISITOS. IMPOSIÇÃO VIA ATO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** (...) Isto ocorre no que previstos, em resolução administrativa do Tribunal Superior do Trabalho, requisitos para acesso ao cargo de juiz estranhos a ordem jurídica. “**Apenas a lei em sentido formal (ato normativo emanado do Poder Legislativo) pode estabelecer requisitos que condicionem ingresso no serviço público. As restrições e exigências que emanem de ato administrativo de caráter infralegal revestem-se de inconstitucionalidade.**” (Jose Celso de Mello Filho em “Constituição Federal Anotada). Incompatibilidade da imposição de tempo de prática forense e de graduação no curso de Direito, ao primeiro exame, com a ordem constitucional” (ADI 1188 MC/DF, Relator Ministro **Marco Aurélio**, Tribunal Pleno, julgado em 23/02/1995).

³¹ RE 559.823 – AgR, Relator Ministro **Joaquim Barbosa**, Segunda Turma, julgado em 27/11/2007, DJe 1/2/2008; RE 595.893 AgR, Relator Ministro **Teori Zavascki**, Segunda Turma, julgamento em 10/6/2014, DJe 1/7/2014; AI 723.748 – AgR, Relator Ministro **Eros Grau**, Segunda Turma, julgado em 27/11/2007, DJe 19/12/2007; ARE 906.295 AgR, Relator Ministro **Roberto Barroso**, Primeira Turma, julgado em 24/11/2015, DJe 15/12/2015.

³² Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

sobrevalorização destes em detrimento dos conhecimentos comprovados ao longo das outras provas.

80. Nesse ponto, oportuno reforçar que **não basta** a diferenciação ser estabelecida por lei; ela deve guardar relação com as atribuições e especificidades do cargo, observados os princípios da **razoabilidade** e da **adequação**, de modo que **eventual restrição** do acesso a cargo ou emprego público **deve estar justificada pela necessidade dos trabalhos** a serem desempenhados no exercício da função.

81. Foi nesse sentido que, ao julgar o RE 558.833 AgR, a c. **Segunda Turma** do e. **STF** proferiu entendimento no sentido de que “*A exigência de experiência profissional prevista apenas em edital importa em ofensa constitucional*”³³. Naquela oportunidade, sequer havia respaldo legal para a exigência de “*experiência em atividade correlata*”, relativa ao provimento de **cargos administrativos** no âmbito do Edital nº 106/96-ECT/CE; destaca-se que não restou comprovada a razoabilidade da imposição, visto que as atividades inerentes ao cargo apresentavam **baixa complexidade**, sem necessidade de experiência anterior ou conhecimentos complementares, **bastando os conhecimentos pertinentes ao grau de instrução requerido**.

82. Nesse diapasão, o e. **STF**, no bojo da ADI nº 3.443/MA, declarou, **in verbis**, que: “*Viola o princípio constitucional da isonomia norma que estabelece como título o mero exercício de função pública*”³⁴ (grifo acrescido).

83. Destarte, **por lei**, podem ser estabelecidos **requisitos específicos** que **restringam** a investidura em cargos públicos, desde que as **atribuições do cargo justifiquem a exigência** e sempre observados os limites constitucionais da **igualdade**, da **impessoalidade** e da **razoabilidade**.

84. Por outro lado, resta ao edital, estabelecer **critérios de avaliação objetivos** voltados à **seleção do candidato mais capacitado** para ocupar o cargo ou emprego objeto do certame, garantindo aos interessados **igualdade de condições** para **concorrer** às vagas, observadas as limitações legais.

85. Dentre os critérios de avaliação previstos em edital estão os **títulos** pontuáveis para fins de **classificação** dos candidatos, **quando a lei estabelecer que o concurso deve ser de provas e títulos**.

86. Vale dizer que, nesse caso, a lei pode, em seu próprio texto, definir de antemão os títulos pertinentes à carreira, ou **autorizar que ato infralegal o faça**, à exemplo da Lei nº 7.289/1984³⁵, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal. Desse modo, a previsão a favor da fase de títulos não necessariamente se esgota na

³³ RE 558.833 AgR, Relatora Ministra **Ellen Gracie**. Julgado na Segunda Turma, em 8/9/2009. DJe de 25/9/2009.

³⁴ ADI 3443, Rel. Min. **Carlos Velloso**, Julgamento do Pleno em 8/9/2005, DJ de 23/9/2005.

³⁵ “Art. 10. O ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal dar-se-á mediante concurso público de provas **ou de provas e títulos**, observadas as condições prescritas neste Estatuto, em leis e em regulamentos da Corporação”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

esfera legislativa, pois, conforme o caso, cumprirá ao edital ou regulamento próprio estabelecer o que será computado como título, além de definir outros aspectos como a pontuação a ser atribuída a cada documento, o momento e a forma da apresentação.

87. À luz dos princípios da **igualdade**, da **impressoalidade** e da **razoabilidade**, os **títulos** indicados - seja em **lei**, em **regulamento** próprio da carreira **ou** em **edital** - devem guardar **pertinência** com as atribuições do cargo a ser provido, bem como assegurar que **qualquer candidato, ao menos em tese**, tenha **possibilidade de aferir**, de modo **proporcional**, os **pontos em disputa**, elidida qualquer possibilidade de **restrição injustificada** de acesso ao cargo ou emprego público.

88. Assim, ao proferir o v. Acórdão na ADI nº 3.830/RS, o e. **STF** entendeu que “**Não conflitam com a Carta da República preceitos direcionados a conferir pontuação a títulos concernentes às funções notarial e de registro bem como à prática da advocacia ou ao exercício da magistratura e da promotoria**”³⁶, pois, naquele caso, **qualquer candidato do certame poderia virtualmente aferir a pontuação em jogo**, seja por meio da comprovação do exercício de **advocacia**, seja por meio da comprovação do exercício de **judicatura** ou **promotoria**, considerando que o cargo em disputa era privativo de bacharel em Direito, nos termos da Lei nº 8.935/1994.

89. Lado outro, no âmbito da ADI nº 3.443/MA foram considerados inconstitucionais incisos I e II do art. 31 da Resolução nº 7/2004 do TJ/MA, por **privilegiarem determinados candidatos em detrimento de outros**, visto que a pontuação relativa àqueles títulos, embora demonstrasse certo grau de experiência para o exercício do cargo em disputa, não poderia ser alcançada de forma semelhante por todos os candidatos.

Possibilidade de edital de concurso público prever exercício de cargo público como título

90. Na ADI nº 2.210/AL, em que foram analisados regramentos³⁷ para ingresso na carreira de **magistratura** do e. **Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas**, o e. **STF** considerou plausível a invocação do princípio constitucional da **isonomia** contra a validade de normas que consideram título o **mero** exercício de cargos públicos, efetivos ou comissionados, privativos ou não de graduados em Direito.

91. Consoante explicitado no parágrafo 22 deste Opinativo, cabe notar que as regras contestadas naquela ocasião representavam **nítido privilégio** a servidores, efetivos e comissionados, estagiários e até voluntários que **atuavam no âmbito do Poder Judiciário**, pois os regramentos impugnados **não buscavam valorizar a experiência jurídica, mas sim beneficiar pessoas certas**. O direcionamento do edital revela-se patente, principalmente, em face do desprezo da atuação jurídica no âmbito de outros órgãos, como Defensoria Pública, Ministério Público e escritórios de advocacia, de modo que apenas os candidatos integrantes do Poder Judiciário eram capazes de aferir pontuação significativa na avaliação de títulos, restando inquestionável a violação à isonomia e à impessoalidade.

³⁶ ADI 3830, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, Julgamento do Pleno em 23/2/2011, DJ de 12/5/2011.

³⁷ Resolução nº 2/2000 e do Edital nº 1/2000.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

92. Vale reforçar que a **causa** da declaração de inconstitucionalidade na ADI nº 2.210/AL foi o **tratamento discriminatório** conferido por alguns dispositivos, e **não** a valoração de títulos vinculados à **experiência profissional ou ao exercício de cargo público, por si só**. Prova disso, é que outros títulos de mesma natureza previstos na norma questionada - como “*exercício de cargo da Magistratura ou Ministério Público*”³⁸ (4 pontos) e “*exercício de magistério superior universitário em Direito, obtido mediante aprovação em concurso público*”³⁹ (2 pontos) - permaneceram incólumes após a manifestação da c. **Suprema Corte**.

93. Nessa toada, tendo em vista que a Resolução nº 2/2000, impugnada na ADI 2210/AL, veio a ser substituída pelas disposições da Resolução nº 75/2009 - CNJ⁴⁰, entendendo oportuno transcrever alguns itens do rol de títulos, atualmente vigentes, para ingresso na carreira da magistratura, em todos os ramos do Poder Judiciário nacional:

“Art. 67. Constituem títulos:

I - exercício de cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito pelo período mínimo de 1 (um) ano:

a) Judicatura (Juiz): até 3 (três) anos – 2,0; acima de 3 (três) anos – 2,5;

b) Pretor, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia-Geral da União, Procuradoria (Procurador) de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: até 3 (três) anos – 1,5; acima de 3 (três) anos – 2,0;

II - exercício do Magistério Superior na área jurídica pelo período mínimo de 5 (cinco) anos:

a) mediante admissão no corpo docente por concurso ou processo seletivo público de provas e/ou títulos (1,5);

b) mediante admissão no corpo docente sem concurso ou processo seletivo público de provas e/ou títulos (0,5);

III - exercício de outro cargo, emprego ou função pública privativa de bacharel em Direito não previsto no inciso I, pelo período mínimo de 1 (um) ano:

a) mediante admissão por concurso: até 3 (três) anos – 0,5; acima de 3 (três) anos – 1,0;

b) mediante admissão sem concurso: até 3 (três) anos – 0,25; acima de 3 (três) anos – 0,5;

IV - exercício efetivo da advocacia pelo período mínimo de 3 (três) anos: até 5 (cinco) anos – 0,5; entre 5 (cinco) e 8 (oito) anos – 1,0; acima de 8 (oito) anos – 1,5;

(...)

XII – exercício, no mínimo durante 1 (um) ano, das atribuições de conciliador nos juizados especiais, ou na prestação de assistência jurídica voluntária: 0,5;” (Grifos acrescidos)

94. Das disposições transcritas, é possível verificar que **qualquer candidato** ao cargo de juiz substituto, **em tese, pode alcançar pontuação** de títulos relativa à experiência

³⁸ Resolução nº 2/2000, art. 29, I, a.

³⁹ Resolução nº 2/2000, art. 29, III, b.

⁴⁰ Dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional, nos termos dos arts. 93, I, e 96, I, “c”, da Constituição Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

profissional, visto que são contemplados os diversos ramos da atividade jurídica: judicatura, promotoria, defensoria e advocacia. Ademais, nota-se a proporcionalidade das pontuações atribuídas a títulos de mesma natureza, assegurando aos candidatos a **igualdade** de condições para competir no certame.

95. Ao contrário disso, no caso analisado por meio da ADI nº 3.443/MA, o regramento⁴¹ estabelecia como critério para contagem de título: o “*exercício de função pública para o qual se estava concorrendo*”, **mesmo que comissionada**, cujo provimento demissível **ad nutum, por si só, enseja a desigualdade** entre os candidatos; assim como o “*exercício efetivo de outro cargo público de mesma escolaridade do cargo a que estava concorrendo*”, sem indicar qualquer elemento que legitimasse o título enquanto diferencial para provimento dos cargos disputados.

96. Nos moldes da Resolução nº 7/2004 – TJ/MA, objeto da ADI nº 3.443/MA, embora o exercício de cargos públicos correlatos, em tese, demonstre a experiência do candidato no desempenho de atribuições análogas às do cargo para o qual concorre, o fato é que outros candidatos, mesmo que possuíssem bagagem profissional superior, não lograriam êxito em aferir pontuação, revelando a patente discriminação no critério estabelecido.

97. Assim, haja vista a ausência de potencialidade de outros candidatos, até mais qualificados, alcançarem os pontos reservados à comprovação de experiência profissional, o e. **STF** entendeu pela **inexistência de tratamento igualitário**, mesmo porque, **in casu**, não restou demonstrada a razoabilidade dos aludidos títulos na qualidade de diferencial para o exercício das atribuições do cargo.

98. Lado outro, no caso da Lei nº 11.183/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, questionada por meio das ADIs nºs 3.522/RS (quanto aos incisos I, II, III e X do art. 16 e ao inciso I do parágrafo único do art. 22) e 3.830/RS (quanto aos incisos IV, V, VI VII, VIII, IX, XII e XIII do art. 16), não obstante a norma contemplasse tanto a experiência notarial e de registro, quanto a experiência jurídica - **aparentando isonomia** no tratamento dos candidatos de ambas as áreas -, é preciso considerar que a questão central que conduziu à declaração de inconstitucionalidade dos incisos I, II, III, e X foi a **sobrevalorização** de títulos ligados à atuação cartorária, em detrimento dos demais, gerando verdadeira reserva de mercado por meio do favorecimento na pontuação de pessoas certas e previamente conhecidas.

99. De outro modo, foram considerados legítimos os títulos que previam como experiência profissional “*exercício da advocacia por prazo não inferior a cinco anos*” (até 10 pontos) e “*exercício da judicatura ou da promotoria de justiça*” (até 10 pontos) - incisos XII e XIII do art. 16 da Lei nº 11.183/1998 do Estado do Rio Grande do Sul, analisados no bojo da ADI nº 3830/RS -, posto que a valoração desses títulos **não revelou desequilíbrio** no tratamento das categorias profissionais.

100. Assim, assiste razão à Unidade Técnica quando afirma que, havendo **previsão legal** de fase de **títulos**, regras que estabelecem como título o (**mero**) exercício de cargo

⁴¹ Resolução nº 7/2004 – TJ/MA, art. 31, incisos I e II.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

público, enquanto experiência profissional, ferem o **princípio da igualdade**, pois privilegiam grupo determinado de candidatos, desigualando os concorrentes. Destarte, esse **MPC/DF concorda** que dispositivos desse tipo, de fato, não podem constar de editais de concurso, sob pena de infringirem a própria finalidade do certame, isto é, a seleção dos candidatos mais bem preparados para o exercício do cargo ou emprego público.

101. No entanto, conforme restou demonstrado ao longo deste opinativo, **na ausência de prejuízo aos princípios da isonomia e da impessoalidade, nada impede que edital ou regulamento próprio da carreira preveja, no concurso de provas e títulos, a valoração de experiência profissional enquanto título, de modo a distinguir os candidatos mais capacitados a exercer a função pública, sem, contudo, criar diferenciação, em tese, dos concorrentes.**

102. Para isso, é necessário que fique demonstrada: 1) a existência de **lei** que autorize a fase de títulos no certame (art. 37, II, CF c/c art. 15, parágrafo único, da Lei nº 4.949/2012); 2) a **possibilidade virtual** de **qualquer candidato** aferir a pontuação (art. 5º, **caput**, CF); 3) a **pertinência** e **razoabilidade** dos títulos indicados, enquanto **diferencial** para o **desempenho** das atribuições do cargo (art. 37, II, CF); e 4) a **proporcionalidade da pontuação** atribuída aos títulos⁴², elidindo qualquer indício de supervalorização arbitrária dos pontos em relação às provas de conhecimento e mesmo em relação a outros títulos, de modo a evitar o direcionamento do certame (art. 37, **caput**, CF). O melhor exemplo desse equilíbrio é o art. 67 da Resolução nº 75/2009 – CNJ, que estabelece o rol de títulos para ingresso na carreira da magistratura (parágrafo 93 deste opinativo).

103. Vale dizer que, no caso do RE 558.833 AgR⁴³, quando o e. **STF** afirmou que “**a exigência de experiência profissional prevista apenas em edital importa em ofensa constitucional**”, tratava-se de **criação de pré-requisito** para ocupar o cargo, **eliminando automaticamente os candidatos que não atendessem à imposição, sem qualquer previsão legal ou demonstração de razoabilidade.**

104. Essa situação difere da avaliação de **títulos**, pois nesta o caráter é puramente **classificatório**, além do que a fase, por si só, pressupõe autorização legal, nos termos do art. 37, II, da Constituição Federal. Desse modo, uma vez **observados os preceitos constitucionais**, especialmente os princípios da **isonomia** e da **impessoalidade**, a lei, o edital ou o regulamento que preveja experiência profissional como título afigura-se **legítimo**, pois não implica na exclusão de candidatos ou na segregação de parte deles.

⁴² **ADI 3443**, Rel. Min. **Carlos Velloso**, Julgamento do Pleno em 8/9/2005, DJ de 23/9/2005; **ADI 2210 MC**, Rel. Min. **Sepúlveda Pertence**, Julgamento do Pleno em 28/9/2000, DJ de 24/5/2002; **ADI 2206 MC**, Rel. Min. **NELSON JOBIM**, Julgamento do Pleno em 8/11/2000, DJ de 1/8/2003; **ADI 3830**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Julgamento do Pleno em 23/2/2011, DJ de 12/5/2011; **ADI 3580**, Rel. Min. **Gilmar Mendes**, Julgamento do Pleno em 20/5/2015, DJ de 3/8/2015; **ADI 3522**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Julgamento do Pleno em 24/11/2005, DJ de 12/5/2006; e **ADI 4178 MC-REF**, Rel. Min. **Cezar Peluso**, Julgamento do Pleno em 4/2/2010, DJ de 19/3/2010.

⁴³ RE 558.833 AgR, Relatora Ministra **Ellen Gracie**. Julgado na **Segunda Turma**, em 8/9/2009. DJe de 25/9/2009.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

105. Assim, este **MPC/DF converge apenas em parte** com o entendimento apresentado pela Unidade Instrutiva na Informação contida no e-DOC 101821B6-e, visto que **é possível** que o edital ou regulamento, **quando autorizados por lei**, contemplem **experiência profissional como título, abarcando, inclusive, o exercício de cargo público**, de modo a distinguir os candidatos mais capacitados ao preenchimento da vaga, **desde que não crie distinção ou privilégio entre os concorrentes**, com a sobrevalorização arbitrária dos pontos em relação às provas de conhecimento e mesmo em relação a outros títulos⁴⁴.

106. Vale ressaltar, contudo, que, no sentir deste **Parquet** especializado, o exercício de **cargo em comissão não se mostra admissível como título de concurso público**, haja vista que seu provimento é **discricionário**, a juízo exclusivo da autoridade administrativa competente, **não refletindo, portanto, com segurança, o mérito** do candidato.

Conclusão

107. A valorização, no concurso público, do exercício de atividades de natureza semelhante às do cargo a ser provido **não importa, por si só, em privilégio ou favoritismo**, mas no **reconhecimento da experiência como fator de segurança** no momento da seleção dos candidatos mais bem preparados para o exercício de cargo público.

108. Com efeito, é oportuno rememorar as palavras do em. Ministro **Marco Aurélio**, ao proferir seu voto na ADI 3.522/RS, **in verbis**: “*Viável é o estabelecimento de **requisitos lineares passíveis de serem alcançados pelos cidadãos**. Conflita com a natureza, em si, do instituto do concurso público o estabelecimento de fatores que acabem, em prejuízo de candidatos, por conferir situação mais favorável a um certo segmento*” (grifos acrescidos).

109. Portanto, é razoável valorar a experiência profissional, de modo que constitua, **ao lado de outros títulos e da demonstração de conhecimentos teóricos e até práticos, um diferencial**, destacando o concorrente mais apto a ocupar o cargo. Essa valorização, no entanto, deve ocorrer dentro dos **limites constitucionais**, isto é, observados os princípios da **igualdade**, da **impeccabilidade** e da **razoabilidade**, bem como a **autorização em lei para a fase de títulos**.

110. O certo é que, ao optar pelo reconhecimento da experiência profissional enquanto fator de segurança, ou mesmo diferencial, na hora de definir os candidatos mais bem preparados para o exercício do cargo público, **o regulamento do certame deve assegurar que, ao menos virtualmente, haja a possibilidade de que qualquer candidato alcance a pontuação**, à exemplo da Resolução nº 75/2009 – CNJ, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura.

⁴⁴ Nesse tocante, cabe relembrar o pronunciamento do em. Ministro **Ayres Britto**, ao externar seu voto no bojo da ADI nº 3.522/RS, **in verbis**: “*Vem, então, a grande questão: há de haver, sim, um **critério de razoabilidade na aferição dos títulos** porque, como já advertia Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, **os títulos não podem, ao final, se tornar o verdadeiro critério de seleção dos candidatos**. Uma **supervalorização dos títulos termina sobrepondo a experiência ao conhecimento**. Por que os títulos servem para a aferição da experiência do candidato, ou então, da sua ilustração mentalmente formal.*”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

111. Vale reforçar que os títulos devem ter como propósito a valorização do conhecimento, da aptidão e da experiência do candidato, e não do cargo ou função exercida, em si.

112. Por essa razão, conferir pontuação ao candidato pelo **mero exercício de cargo ou função pública**, sem que isso represente diferencial relevante para o desempenho do cargo em disputa, e **valorizar excessivamente** a experiência em **atividades relacionadas** àquelas inerentes ao cargo objeto do certame constituem verdadeiros **privilégios** a um **determinado grupo** de candidatos, ensejando possível **reserva de mercado** no âmbito da seleção pública. Regras como essas não podem ser admitidas em nenhuma hipótese, pois **conflitam** com a própria natureza do concurso público.

113. A esse propósito, pertinente é a menção ao quanto restou decidido no REsp 1.362.269/CE (STJ, 2ª Turma, Rel. Min. **Herman Benjamin**, DJe de 1º/8/2013):

“ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. SISTEMA DE MERITOCRACIA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.

1. Concurso público é o principal instrumento de garantia do sistema de meritocracia na organização estatal, um dos pilares dorsais do Estado Social de Direito brasileiro, condensado e concretizado na Constituição Federal de 1988. Suas duas qualidades essenciais – ser ‘concurso’, o que implica genuína competição, sem cartas marcadas, E ser ‘público’, no duplo sentido de certame transparente e de controle amplo de sua integridade - impõem generoso reconhecimento de legitimidade ad causam no acesso à justiça. (...)” (Grifo acrescido).

114. Ademais, é certo que, caso a **complexidade** ou as **especificidades** das atribuições exijam qualificação diferenciada ou conhecimentos complementares que provoquem **restrição à competitividade** do certame, compete **somente à lei**, em sentido **formal**, estabelecer os requisitos específicos para a investidura no cargo; **não havendo espaço para que tal diferenciação restritiva ocorra exclusivamente no âmbito do edital**, nem mesmo quanto à avaliação de títulos.

115. Assim, existem duas hipóteses em que o exercício de cargo público, enquanto **experiência profissional classificatória**, pode ser contemplado no concurso de provas e títulos: 1) mediante previsão **em edital ou regulamento** (autorizados por lei a estabelecer os títulos aceitáveis), desde que assegurada a **isonomia**, a **impressoalidade** e a **competitividade** entre os candidatos, isto é, **possibilidade virtual de qualquer candidato** aferir a pontuação, demonstrada a **pertinência** e **relevância** enquanto **diferencial** para desempenhar as atribuições do cargo em disputa e sendo valorado de modo **proporcional** e **equilibrado** (em relação à prova de conhecimentos e aos demais títulos); ou 2) por meio de previsão diretamente na **lei**, em razão da **complexidade** ou da **natureza** da função. Tais hipóteses, evidentemente, estarão sujeitas ao controle tanto do Poder Judiciário, como das Cortes de Contas, avaliando-se a legalidade e a legitimidade dos atos administrativos deles decorrentes.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

116. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas**, com as considerações acima, **coaduna em parte** com o entendimento externado pela Unidade Técnica e, nesse sentido, opina para que o e. **Plenário** firme o entendimento de que:

I. o **concurso público**, de **provas** ou de **provas e títulos**, como forma de seleção de candidatos para o provimento de cargos/empregos públicos, é instrumento que visa dar concretude ao sistema de meritocracia na organização estatal, possibilitando **competição, transparência e controle de todas as suas etapas**;

II. é permitida a realização de **prova de títulos** em concursos públicos, como critério de **classificação**, quando houver **expressa previsão legal**;

III. as regras que estabeleçam como títulos o **exercício de cargo público**, ou outra experiência profissional, só se legitimam caso seja assegurada a **isonomia**, a **impeccabilidade** e a **competitividade** do certame, observadas as seguintes exigências:

III.1. a **possibilidade virtual** de **qualquer candidato** aferir a pontuação em relação à natureza do título (art. 5º, **caput**, CF);

III.2. a **pertinência** e **razoabilidade** dos títulos indicados em face das atribuições do cargo, enquanto **diferencial** para o **desempenho** das suas atividades (art. 37, II, CF); e

III.3. a **proporcionalidade da pontuação** atribuída aos títulos, elidindo qualquer indício de supervalorização arbitrária dos pontos em relação às provas de conhecimento e mesmo em relação a outros títulos, de modo a evitar o direcionamento do certame (art. 37, **caput**, CF).

É o Parecer.

Brasília, 11 de dezembro de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador Substituto